

Leia, atentamente, o texto abaixo e responda às questões 1, 2 e 3.

O relógio

Passa, tempo, tic-tac
Tic-tac, passa, hora
Chega logo, tic-tac
Tic-tac, e vai-te embora
Passa, tempo
Bem depressa
Não atrasa
Não demora
Que já estou
Muito cansado
Já perdi
Toda a alegria
De fazer
Meu tic-tac
Dia e noite
Noite e dia
Tic-tac
Tic-tac...

MORAES, Vinicius. "O relógio". In: A arca de Noé: Poemas infantis. São Paulo: Cia. das Letras/Editora Schwarcz Ltda, 1991.p.24

01. Analise as afirmativas:

- I- O poeta usa onomatopeia para dar ritmo e efeito sonoro ao poema.
- II- As vírgulas são utilizadas para marcar as pausas do texto e nos faz lembrar o ponteiro dos segundos deslocando-se.
- III- A estrutura do poema nos leva a pensar que o tempo está começando.

Assinale o item correto:

- A) Apenas I está correta.
- B) Apenas II está correta.
- C) Apenas III está correta.
- D) Apenas I e II estão corretas.
- E) Todas estão corretas.

02. As palavras opostas: "**chega x vai-te embora / depressa x atrasa, demora / dia x noite**", são usadas no texto para:

- A) Demonstrar certa tristeza do poeta.
- B) Realçar a musicalidade e o tom da brincadeira na poesia.
- C) Ilustrar o vai e vem dos ponteiros do relógio.
- D) Não se relacionarem ao próprio título do poema.
- E) Dar um tom de algo inacabável.

03. Os vocábulos: **logo**, **demora** e **depressa**, representam, no texto:

- A) Artigo.
- B) Advérbio.
- C) Adjetivo.
- D) Conjunção.
- E) Preposição.

04. Associe a 2ª coluna de acordo com a 1ª e marque a sequência correta.

- I- Ajudastes
- II- Partíeis
- III- Comerão
- IV- Amais

- () Presente do indicativo
- () Pretérito perfeito do indicativo
- () Pretérito imperfeito do indicativo
- () Futuro do presente do indicativo

- A) I, II, III e IV.
- B) IV, I, II e III.
- C) I, III, II e IV.
- D) II, I, IV e III.
- E) III, IV, I e II.

05. Marque a alternativa que contém **erro** de regência nominal:

- A) Ela está próxima de ter um ataque de nervos.
- B) Quem for residente na Praça dos Três Poderes, que se retire daqui!
- C) Se você é sadio, está apto a servir o Exército.
- D) Se eu nunca fui morador na Rua da Alfândega, por que você me foi procurar lá?
- E) A que devemos tua vinda para a nossa cidade? Já que voltas amanhã à tua terra?

06. "Fui ___ casa dela informar-lhe que estamos dispostos ___ colaborar com ___ festa." A frase pode ser completada corretamente com:

- A) à, a, a.
- B) à, a, à.
- C) a, à, a.
- D) à, à, à.
- E) a, a, a.

<p>07. Identifique a concordância verbal incorreta:</p> <p>A) Discutimos Cristina e eu. B) Elaborou-se ótimos projetos, mas tudo deu em nada. C) Fomos nós quem redigiu o manifesto. D) Tu e ele colaboraríeis comigo? E) Vossa Excelência é muito bondoso.</p> <p>08. Analise pela ordem os termos destacados e aponte sua função.</p> <p>I- Não confiava em ninguém. II- Amar a Deus sobre todas as coisas. III- Finalmente, encontrei um amigo.</p> <p>A) Sujeito, predicado, objeto indireto. B) Objeto direto, objeto indireto, predicado verbo-nominal. C) Objeto indireto, objeto direto preposicionado, objeto direto. D) Objeto direto, sujeito, predicado. E) Objeto direto preposicionado, objeto direto, objeto indireto.</p> <p>09. Identifique a frase que traz pronome indefinido.</p> <p>A) Quero saber a hora certa. B) Assim, ela só engana a si mesma. C) Que dia é hoje? D) Alguém telefonou, mas não deixou o nome. E) Não falei do irmão dele, e sim do seu.</p> <p>10. Identifique a sequência que tenha somente substantivos coletivos.</p> <p>A) Banca, mamonaço, vara. B) Frota, camarote, régulo. C) Matilha, ramalhete, sitioca. D) Arquipélago, fogacho, folclore. E) Cáfila, girândola, legião.</p> <p>11. Observe as frases e assinale o item correto:</p> <p>I- Qualquer coisa foi vista ali, por nós. II- Far-se-ão novos investimentos. III- Matam-se vários animais.</p> <p>A) I, II e III estão na voz passiva analítica. B) I, II e III estão na voz passiva sintética. C) I está na voz passiva analítica, II e III estão na voz passiva sintética. D) I e II estão na voz passiva analítica, III está na voz passiva sintética. E) I está na voz passiva sintética, II e III estão na voz passiva analítica.</p>	<p>12. Marque a alternativa em que o verbo está no imperativo:</p> <p>A) Ponde a mão na consciência e vereis que não tendes razão. B) Nada farei por aqueles que não me ajudarem. C) Vamos embora, antes que seja tarde! D) Tivesse eu essa oportunidade! E) Viva de modo que todos o respeitem!</p> <p>13. O período em que aparece a forma verbal incorretamente empregada é:</p> <p>A) Precavei vossos amigos contra a maldade dessa gente! B) Pôr-se-á o material no lugar. C) Enquanto eu não puser a limpo este caso, não ficarei sossegado. D) Quando verem a Camila, ficarão surpresos com os trajes que usa. E) Cassilda me recomendou que não interviesse em briga alheia.</p> <p>Leia o texto, a seguir, para responder as questões 14 e 15.</p> <p>Tudo que os livros me <u>ensinassem</u> os espinheiros já me ensinaram. Tudo que nos livros eu <u>aprendesse</u> nas fontes eu aprendera. O saber não vem das fontes?</p> <p style="text-align: right;">BARROS, Manuel de. <i>Cantigas por um passarinho à toa</i>. Rio de Janeiro: Record, 2003. Fragmento.</p> <p>14. Analise as afirmativas.</p> <p>I- Manuel de Barros fala da hipótese de os livros lhe ensinarem algo. II- O eu poético afirma que o saber vem das fontes da natureza. III- O último verso traz uma pergunta irônica sobre a origem do saber.</p> <p>Assinale o item correto:</p> <p>A) Somente I e II são verdadeiras. B) Somente I e III são verdadeiras. C) Somente II e III são verdadeiras. D) I, II e III são verdadeiras. E) Nenhuma alternativa está verdadeira.</p>
---	--

15. Os verbos ensinassem e aprendesse, estão respectivamente:

- A) No presente do indicativo e no imperativo.
- B) No pretérito imperfeito do subjuntivo os dois verbos.
- C) No futuro do subjuntivo e no pretérito mais-que-perfeito do indicativo.
- D) No futuro do subjuntivo os dois verbos.
- E) No imperativo e no presente do subjuntivo.

16. O Município de Horizonte já foi denominado “Olho D’água do Venâncio”, em função da existência de inúmeras fontes ou nascentes de água, especialmente por conta do olho d’água localizado na propriedade do senhor Venâncio Raimundo. A importância de tais fontes hídricas acabou por ser retratada até mesmo na letra do hino do município, conforme a seguinte estrofe:

“Cristalinas são as tuas fontes / que correm
banhando a imensidão / e o belo vale do
_____ / faz crescer e florir a
plantação”.

O nome do vale ocultado na estrofe é:

- A) Salgado.
- B) Gavião.
- C) Pacoti.
- D) Jabuti.
- E) Riachão.

17. De acordo com estudo sobre o Perfil Básico dos Municípios do Estado do Ceará – 2013, publicado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE, é incorreto afirmar a respeito de Horizonte:

- A) O setor público é a maior fonte de geração de empregos formais.
- B) Foi criado em 1987 através da Lei Estadual nº 11.300.
- C) A população residente está fortemente concentrada na área urbana do município.
- D) A Divisão Administrativa é composta: Horizonte / Sede, Queimadas, Aningas e Dourado.
- E) O município integra a Região Metropolitana de Fortaleza.

18. O Patrimônio Cultural de uma determinada sociedade compreende os bens de natureza material e imaterial considerados importantes para a sua identidade. Desta forma, os conhecimentos enraizados no cotidiano das comunidades, as manifestações literárias,

musicais, os rituais e festas que marcam a vivência coletiva da religiosidade, os seus prédios históricos, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais, fazem parte da riqueza cultural do povo horizontino. Entre os bens materiais e imateriais do patrimônio cultural de Horizonte, qual deles não está corretamente citado?

- A) A Feira do Mercado Público aos sábados.
- B) A Festa de São Francisco, Padroeiro do Município.
- C) O antigo Casarão da família de Venâncio Raimundo.
- D) O Centro Cultural Tasso Jereissati.
- E) A Banda de Música do Município.

19. Sobre o Município de Horizonte, é correto afirmar:

- A) Detém o selo Município Aprovado/Unicef em todas as suas edições.
- B) A CE-040 é a principal via de acesso entre o Município e a capital do Estado.
- C) Horizonte é Município de menor extensão territorial do Estado do Ceará.
- D) É cortado no sentido Norte/Sul pela Rodovia Federal BR-222.
- E) Foi emancipado e elegeu seu 1º Prefeito no ano 1987.

20. Assinale a opção em que é listado um município que se limita geograficamente com o Município de Horizonte.

- A) Chorozinho.
- B) Eusébio.
- C) Fortaleza.
- D) Pacatuba.
- E) Itaitinga.

21. Entre as indústrias abaixo relacionadas, instaladas na região de Catolé/Distrito Sede de Horizonte, a que mantém o maior número de empregados é:

- A) Brasil Kirin.
- B) Santana Textiles.
- C) Troller Veículos.
- D) Tubocone.
- E) Ceará Plásticos.

<p>22. De acordo com os dados estatísticos a respeito de Horizonte, divulgados pelo IBGE CIDADES, é correto afirmar:</p> <p>A) A população estimada para o ano de 2014 é inferior a 60 mil habitantes. B) O setor de suinocultura detém o rebanho animal de maior destaque econômico. C) O índice de desenvolvimento humano mais que dobrou entre os anos de 1991 e 2010. D) A densidade demográfica estimada para 2014 é inferior a 300 hab/km². E) A extensão territorial do município é inferior a 100 km².</p> <p>23. O processo eleitoral para escolha do primeiro Prefeito de Horizonte foi a eleição mais disputada ao longo dos 27 anos de existência do município, seja pelo número de candidatos, seja pela diferença de votos apurado entre o 1º e 2º colocados. Tal processo eleitoral foi realizado no ano de:</p> <p>A) 1987. B) 1989. C) 1988. D) 1990. E) 2000.</p> <p>24. Dentre os fatores determinantes para a instalação de indústrias no Município de Horizonte, desde o seu processo de emancipação, é correto citar:</p> <p>A) Mão de obra barata e de alta qualificação. B) Abundância de recursos minerais na região. C) Proximidade do complexo portuário exportador de SUAPE. D) Infraestrutura ferroviária e mão de obra qualificada. E) Incentivos fiscais dos governos estadual e municipal.</p> <p>25. A Lei Orgânica do Município de Horizonte estabelece em seu artigo 4º § 1º, que o município tem símbolo, brasão e hino próprios. Na Bandeira oficial do município, cujo desenho foi escolhido através de concurso estudantil, encontram-se retratados inúmeros aspectos de natureza política, cultural e econômica da cidade, exceto:</p> <p>A) Quatro estrelas representando os distritos. B) A Lei de Emancipação. C) A figura de um caju simbolizando uma das primeiras riquezas econômicas do município.</p>	<p>D) O nome do Município. E) A frase “Emancipação para Sempre”.</p> <p>26. No Brasil, a Administração Pública é composta pela:</p> <p>A) administração direta e indireta. B) administração centralizada direta e descentralizada indireta. C) administração geral e restrita. D) administração central e descentralizada. E) administração pública e privada.</p> <p>27. Sobre os Princípios de Contabilidade, é correto afirmar:</p> <p>A) Não se aplica à Contabilidade do setor público. B) O Princípio da Entidade reconhece o patrimônio como objeto da contabilidade e afirma a autonomia patrimonial. C) O Princípio da Continuidade pressupõe que a entidade continuará em operação por um curto período de tempo. D) O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores superestimados. E) O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, de acordo com o regime de caixa.</p> <p>28. O Princípio Orçamentário da anualidade estabelece que:</p> <p>A) o orçamento público deve conter todas as receitas e despesas do exercício. B) não admite a possibilidade da existência de restos a pagar. C) a vigência do orçamento público começa em primeiro de janeiro e vai até o último dia do mês de dezembro. D) o orçamento é único para todas todos os órgãos e entidades da administração pública. E) o orçamento não pode ser modificado durante o exercício financeiro.</p> <p>29. Sobre os princípios orçamentários é incorreto afirmar:</p> <p>A) o Princípio do Equilíbrio institui a existência de um equilíbrio entre receitas e despesas. Assim, o valor da despesa fixada para o exercício não pode ser superior ao montante da receita prevista.</p>
--	--

- B) o Princípio da Universalidade estabelece que todas as receitas e despesas relativas ao exercício financeiro devem estar contidas na proposta orçamentária.
- C) o Princípio da Exclusividade reza que a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, salvo os casos previstos na Constituição Federal.
- D) segundo o princípio da discriminação ou especialização as receitas e as despesas devem aparecer no orçamento de forma detalhada.
- E) o Fundo de Participação dos Municípios não está entre as exceções ao Princípio da Não Afetação da Receita.

30. O ciclo orçamentário:

- A) tem início com a aprovação do orçamento.
- B) tem início com a votação da proposta orçamentária.
- C) tem início com a elaboração da proposta orçamentária.
- D) finaliza com a elaboração da proposta orçamentária.
- E) finaliza com a execução do orçamento.

31. Quanto aos aspectos constitucionais do orçamento e sua execução, não se pode afirmar que:

- A) é proibido o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.
- B) são vedadas a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.
- C) o orçamento é de iniciativa do Poder Executivo.
- D) o Poder Legislativo pode propor emendas ao projeto da lei orçamentária.
- E) em casos especiais, fica permitida a concessão ou utilização de créditos ilimitados.

32. Dentre as receitas correntes estão:

- A) Receita de Aluguéis, Receita da Produção Vegetal e Receita de Serviços de Saúde
- B) Receita de Multas e Juros de Mora dos Tributos, Receita de Operações de Crédito Internas e Receita de Alienação de Imóveis Urbanos.
- C) Receita de Amortização de Empréstimos e Financiamentos, Receita da Cota-Parte do

- Fundo de Participação dos Municípios e Receita da Cota-Parte do IPVA.
- D) Receita de Títulos de Responsabilidade do Tesouro, Receita de Alienação de Imóveis Rurais e Receita de Serviços de Processamento de Dados.
- E) Receita de Indenizações e Restituições, Receita da Dívida Ativa não Tributária e Receita de Operações de Crédito Externas.

33. São consideradas receitas intraorçamentárias:

- A) as decorrentes de operações entre órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes do mesmo orçamento.
- B) as decorrentes de operações entre órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes do orçamento da administração pública em todas as esferas de governo.
- C) As decorrentes de operações entre órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes dos orçamentos de outras esferas de governo.
- D) As decorrentes de operações entre estados e municípios.
- E) As decorrentes de operações entre órgão da administração pública da mesma esfera de governo, exceto entre as empresas estatais dependentes.

34. Considere:

Descrição	Valores (R\$)
Taxa de Serviços Administrativos	100.000
Transferências de Capital	50.000
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde	80.000
Receitas de Valores Mobiliários	10.000
Receita da Dívida Ativa não Tributária	30.000
Dividendos	5.000
Remuneração de Depósitos Bancários	20.000

Com base no quadro acima, a soma das receitas correntes corresponde a:

- A) R\$ 295.000.
- B) R\$ 275.000.
- C) R\$ 245.000.
- D) R\$ 235.000.
- E) R\$ 230.000.

35. A etapa da receita orçamentária em que o fisco municipal identifica o proprietário de um bem imóvel como devedor do IPTU corresponde:

- A) ao recolhimento.
- B) ao lançamento.
- C) ao empenho.
- D) a arrecadação.
- E) a liquidação.

36. A classificação funcional da despesa identifica:

- A) o gestor responsável pela despesa.
- B) a função de governo na qual ocorreu ou ocorrerá a despesa.
- C) as programas estratégicos definidos no Plano Plurianual.
- D) os objetos de gasto.
- E) o beneficiado com o gasto público.

37. Os créditos adicionais classificam-se em:

- A) suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária.
- B) especiais, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
- C) extraordinários, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- D) complementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária.
- E) Nenhuma das alternativas anteriores.

38. Em termos orçamentários o projeto é:

- A) um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo.
- B) um instrumento de programação para alcançar os objetivos da Lei orçamentária, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um projeto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo.
- C) um instrumento de programação para alcançar os objetivos da Lei orçamentária, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo.

D) um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta uma atividade necessária à manutenção da ação de governo.

E) um instrumento de programação para alcançar os objetivos do governo, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo.

39. Dadas as informações extraídas de um determinado ente público:

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Pessoal e Encargos Sociais	100.000,00
Amortização da Dívida	80.000,00
Outras Despesas Correntes	90.000,00
Juros e Encargos da Dívida	30.000,00
Investimentos	20.000,00
Inversões Financeiras	70.000,00

Com base nas informações, acima, pode-se afirmar corretamente que o soma das despesas de capital é:

- A) R\$ 120.000,00.
- B) R\$ 220.000,00.
- C) R\$ 130.000,00.
- D) R\$ 170.000,00.
- E) R\$ 270.000,00.

40. A aquisição de um imóvel usado para funcionamento da secretaria de saúde deve ser classificada como:

- A) Investimento.
- B) Inversão financeira.
- C) despesa de custeio.
- D) inventário.
- E) despesa corrente.

41. Segundo a Lei nº 4.320/64, não é permitido:

- A) realizar despesa sem prévio empenho e liquidar despesa não paga.
- B) pagar empenho sem licitação e liquidar despesa sem empenho.
- C) realizar despesa sem prévio empenho e pagar despesa sem a devida liquidação.
- D) realizar despesa sem prévia liquidação e sem o devido pagamento.

<p>E) realizar pagamento sem previa licitação e sem a devida liquidação.</p> <p>42. A dívida ativa:</p> <p>A) pode ser de natureza tributária ou não tributária.</p> <p>B) será inscrita, na forma da legislação própria, em registro, independentemente, se se apurar apurada a sua liquidez e certeza.</p> <p>C) tributária deve ser classificada como receita de tributos, se arrecadada dentro do exercício financeiro.</p> <p>D) em moeda estrangeira será convertido ao correspondente valor na moeda nacional à taxa cambial oficial, para compra, na data da notificação ou intimação do devedor, pela autoridade administrativa, salvo no caso dos países que compõem o MERCOSUL.</p> <p>E) Nenhuma das alternativas anteriores.</p> <p>43. Segundo a Lei nº 8.666/93 e suas modificações, nenhuma compra:</p> <p>A) será feita sem a devida indicação do fornecedor e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.</p> <p>B) será feita sem a indicação da marca do produto a ser adquirido e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.</p> <p>C) será feita sem a adequada caracterização do produto e indicação dos recursos financeiros para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.</p> <p>D) será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos financeiros para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.</p> <p>E) será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.</p> <p>44. Segundo a LRF, é nulo de pleno direito:</p> <p>A) o ato que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do prefeito.</p>	<p>B) o ato que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos noventa dias anteriores ao final do mandato do prefeito.</p> <p>C) o ato que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos trinta dias anteriores ao final do mandato do prefeito.</p> <p>D) o ato que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos cento e vinte dias anteriores ao final do mandato do prefeito.</p> <p>E) o ato que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos sessenta dias anteriores ao final do mandato do prefeito.</p> <p>45. Segundo a Lei de responsabilidade fiscal:</p> <p>A) os recursos, legalmente, vinculados à finalidade específica serão utilizados, exclusivamente, para atender ao objeto de sua vinculação, no entanto caso haja sobra de recursos estes poderão, conforme autorização legislativa, serem usados para qualquer finalidade.</p> <p>B) os recursos, legalmente, vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.</p> <p>C) os recursos sem finalidade específica serão utilizados, exclusivamente, para atender despesas correntes, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.</p> <p>D) os recursos sem finalidade específica serão utilizados, exclusivamente, para atender o pagamento da dívida pública, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.</p> <p>E) os recursos sem finalidade específica serão utilizados, exclusivamente, para atender o as metas de resultado primário, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.</p> <p>46. Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo estabelecerá:</p> <p>A) a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.</p> <p>B) a programação financeira e o cronograma de execução bimestral de desembolso.</p> <p>C) a programação financeira e o cronograma de execução trimestral de desembolso.</p> <p>D) a programação financeira e o cronograma de execução quadrimestral de desembolso.</p> <p>E) a programação financeira e o cronograma de execução anual de desembolso.</p>
--	---

<p>47. Em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, não é correto afirmar:</p> <p>A) a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.</p> <p>B) Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não indiquem a origem dos recursos.</p> <p>C) considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.</p> <p>D) os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".</p> <p>E) na verificação do atendimento dos limites da despesa com pessoal, não serão computadas as despesas relativas a incentivos à demissão voluntária.</p> <p>48. O lançamento contábil feito no município para registrar o recolhimento da receita de IPTU é:</p> <p>A) D-Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional C-Receita Tributária</p> <p>B) D-Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional C- Receita Realizada</p> <p>C) D-Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional C- Créditos Tributários a Recebido</p> <p>D) D-Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional C- Impostos Sobre o Patrimônio e a Renda</p> <p>E) D-Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional C-Transferências Externas</p> <p>49. O lançamento contábil feito no município para registrar a aquisição de material de consumo para o almoxarifado é:</p> <p>A) D- Estoque - Almoxarifado C- Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo</p>	<p>B) D- Estoque - Almoxarifado C- Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo</p> <p>C) D- Almoxarifado – Material de Consumo C- Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo</p> <p>D) D- Estoque – Material de Consumo C- Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo</p> <p>E) D- Material de Consumo - Almoxarifado C- Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo</p> <p>50. No setor público brasileiro, a consolidação pode ser feita no âmbito intragovernamental (em cada ente da Federação) ou em âmbito intergovernamental (consolidação nacional). Com relação a consolidação das contas públicas, pode-se afirmar corretamente:</p> <p>A) na consolidação das contas públicas sempre haverá dupla contagem de valores.</p> <p>B) não é uma exigência legal.</p> <p>C) o novo plano de contas do setor público não contempla esta possibilidade.</p> <p>D) só é possível entre órgão e entidades da mesma esfera de governo.</p> <p>E) na consolidação das contas públicas são excluídas as transações recíprocas.</p>
---	--